

## O ABOLICIONISMO: UMA HISTÓRIA SOBRE (CONTRA) O NEGRO

Josemir Camilo de Melo

*A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos.*  
(Joaquim Nabuco)

A partir do título, não queremos enfatizar que a o abolicionismo cortou uma trajetória de lutas dirigidas com consciência de classe, como chegam a advogar certos marxistas. Para se referir à História do Povo Negro, temos até que repensar se o termo História pode ser adequado a este caos que foi o seqüestro e trabalho forçado de mais de um milhão de africanos e descendentes. Temos que saber que conceito de História estamos usando e se é pertinente. De início, diríamos que não, mas como se trata de uma dependência, apêndice da História dos brancos, cartesiana e racionalista (que é como a Etnohistória do Povo Negro tem sido tratada) poderemos imitar o modelo, mas de certo, o quadro não será preenchido. Mesmo assim, ainda tentamos aplicar o método historiográfico (com todas as implicações metodológicas de toda e qualquer corrente teórica) unicamente para um período, o do movimento abolicionista. O que já quer, de per si, dizer que não é uma História dos negros e sim da classe média e da fração burguesa urbana comercial e financeira.

Ademais, poderíamos perguntar aos marxistas onde ocorreu esta revolução, na corte, nos cafezais de São Paulo? E isto é o Brasil? Independente da resposta, alertamos como foi díspar este movimento, sequer aparecendo em algumas províncias e sendo forte onde o capital buscava hegemonia, através do trabalho assalariado/mercado consumidor. Estes focos são as duas províncias canavieiras – Pernambuco e Bahia – e as duas cafeeiras – Rio de Janeiro e São Paulo. Talvez a Minas cafeeira. Em outras províncias, o movimento foi anódino, resultando em mais trunfo para a classe média e setores da elite agro-mercantil, como no Ceará e Amazonas, já que a economia básica destas duas dispensava o trabalho escravizado, por ser caro em relação aos resultados do setor agrícola. Não há, praticamente repercussão no Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo e outras do sul e centro-oeste. Portanto, tratou-se de um movimento localizado na produção agrícola de então, porque trabalho livre e assalariado já existia e foi fortemente recomendado a partir do fim do tráfico africano, principalmente nas construções e operações de ferrovias.

Nosso objetivo é nos contrapor aos argumentos marxistas de que o 13 de Maio foi uma revolução (nos paradigmas marxistas) da ‘classe escrava’; para isto escolhemos uma análise percuciente (MACHADO, 2005) sobre o movimento abolicionista no eixo Rio-São Paulo usando a imprensa como fiel da balança, e o caso atípico, o Ceará, com sua abolição ‘precoce’, para mostrar que o 13 de Maio foi, sim, um capítulo da História dos brancos, de frações da elite (da burguesia liberal) e da classe média, como uma tentativa de barrar a História das lutas dos escravos e seus descendentes.

O movimento abolicionista, aqui, será tratado pela ótica da imprensa, tanto aquela do tipo raro, como os jornais de propriedade de José do Patrocínio, como o de associações abolicionistas. Sobre estes, farei menção ao Libertador, do Ceará. A imprensa mesmo, a empresa de jornal, cede apenas alguns espaços a abolicionistas, mas, no geral, continua divulgando classificados dentro do mesmo espírito racista, bem como artigos de anti-abolicionistas, quando não são subvencionadas por fazendeiros escravistas.

### **A tese marxista**

O historiador Mário Maestri, profundo estudioso da escravidão, fez publicar um artigo intitulado “*13 de Maio a Única Revolução Social Vitoriosa no Brasil*” (2005), em que critica o Movimento Negro (MN) por este ter refutado o 13 de maio e eleito o 20 de novembro como data da negritude. No texto, o que se destaca é a tentativa de criar uma revolução brasileira, dentro dos parâmetros marxistas. Para tanto, o autor diz que a abolição foi feita pelo que ele chama de classe escrava e que é muito mais importante do que a luta quilombola.: De dentro de suas premissas marxistas, Maestri chega a contrariar a consciência negra, quando afirma, alegando que “*Não há sentido em antepor Palmares ao 13 de Maio. Apesar de saga luminar, Palmares teve menor significado histórico que a Abolição.* E vai mais adiante, em sua performance de marxista: “*Por mais heróica que tenha sido, a epopéia palmarina jamais propôs, e historicamente não poderia ter proposto, a destruição da instituição servil como um todo. Palmares resistiu (...) mas foi derrotado. A revolução abolicionista foi vitoriosa e pôs fim ao escravismo, ainda que tardiamente* (Op. cit., p.2).

Ao se escolher o 20 de Novembro, para o autor: “*Assentou-se assim a última pedra na construção do esquecimento do mais importante acontecimento histórico brasileiro – a revolução abolicionista de 1887-8*” (que já passa a ter período, dois anos) (Idem, ibidem). Não

importa que visão têm os cientistas sociais como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, etc. que “(...) em geral, refutavam o significado histórico do 13 de Maio (...) definiram a sua superação como um ‘negócio de brancos’, onde os cativos, principais interessados, não teriam tido papel significativo ou ganhos substanciais naquela superação. (Op. cit., p.1).

Mas insiste em transformar os escravos em protagonistas deste movimento, mesmo quando critica ‘a propaganda das classes proprietárias’ (...) para diluir a memória do protagonismo dos trabalhadores escravizados em acontecimento único no nosso passado (Op. cit., p.2). Achamos que fica um vazio histórico-empírico sobre este protagonismo abolicionista, principalmente para o dado período 1887-8. Algumas entidades de trabalhadores negros como nos aponta Chalhoub (2003, p.241/265) na década de 1870, nunca conseguiram seus registros. No entanto, sabe-se que qualquer entidade de elite e de classe média, como as lojas maçônicas, por exemplo, tinham facilidades em se estabelecerem, mesmo que fossem para a campanha abolicionista, (AZEVEDO: 1999). Portanto, faltam registros de lutas abolicionistas de lideranças escravas, mesmo porque o discurso abolicionista é produto de fração da elite, aquela não latifundiária, mas urbana com aplicação de capital em setores de ‘melhoramentos’.

Não podemos, aqui, concordando com Moura (2004: 221/3) creditar caráter verdadeiramente quilombola (adotando a divisão clássica de Freitas), sequer revolucionário, ao tão propalado Quilombo do Jabaquara. Apesar de ter chegado a uma população de 10 mil habitantes, este não foi um quilombo de resistência armada de trabalhadores escravizados e sim um ajuntamento de escravos, organizado por abolicionistas, os ‘caifazes’ de Antônio Bento. Portanto, quem é o sujeito desta revolução? Na certa não é nenhum líder escravo, pois não se conhece algum, mesmo admitindo Quintino de Lacerda, que foi ‘implantado’ no Jabaquara, como poderíamos deduzir de Moura (op. cit.). Pelo contrário, conhece-se Joaquim Nabuco e outros, republicanos e liberais, e grandes líderes negros, mas não quilombolas, como Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças.

Maestri diz que foi “a ação estrutural das massas escravizadas, durante os três séculos de cativeiro, que construiu as condições que ensejaram, mais tarde, a destruição da servidão” (Op. cit., p.3). Não pode haver ‘ação estrutural’ de prisioneiros em senzalas. Houve ações espontâneas, umas, coordenadas localmente, outras. Mas pensar, primeiro numa classe e,

segundo, com ações estruturadas, é colocar um modelo em cima da História e renegar, antes de tudo o discurso – a polifonia – dos grupos descendentes. Quanto aos séculos de cativo, isto nos parece um olhar de dentro. Falta uma leitura dialética em que o elemento de fora, o modo de produção capitalista industrial começa a ‘determinar’ mudanças nos países periféricos e colônias.

Maestri, para consolidar seu discurso, elege os escravos em classe: “*Em 1888, a revolução abolicionista destruiu o modo de produção escravista colonial*”, pois “(...) a classe escrava (sublinhado nosso) (...) *lutava, pela conquista dos direitos cidadãos mínimos*” (Op. cit., p.3). Termina por inverter a História, alegando que foram os escravos (asenzalados?) que fizeram “(...) *a reivindicação da liberdade civil que uniu a luta dos cativos rurais à dos cativos urbanos, então pouco representativos*” (Idem, ibidem).

Se os limites da Abolição eram objetivos é porque não o eram dos negros e sim da classe média e burguesia liberal.. Os escravos queriam, sim, terra, direito à escola, trabalho, liberdade, ou seja, todas as condições de cidadania, como constituição de família, liberdade religiosa etc. É só ler as associações que eles queriam fundar e de que foram proibidos, bem como ‘ler’ sua cultura e suas táticas de resistência antes do 13 de Maio, para perceber que o abolicionismo tinha, sim, um objetivo limitado (pela elite): evitar não só uma revolução sangrenta, mas a perda de todo e qualquer poder, porque, afinal de contas, seriam quase um milhão de cabeças (e braços, no sentido do trabalho) sem controle dos brancos. No entanto, Maestri justifica o não cumprimento de algumas etapas abolicionistas pela “contra-revolução (um conceito forjado no abecedário marxista) *empreendida pelos grandes proprietários, através do golpe republicano, oligárquico e federalista, imposta em 15 de novembro de 1889, que pôs fim ao movimento abolicionista como projeto reformista nacional* (Op. cit., p.3).

### **Ceará, um abolicionismo atípico**

O abolicionismo Ceará foi atípico porque como já denotamos antes (1988) aquela província não se constituía numa economia pujante, dentro do que se considerava, à época, de exportação. Só para se ter uma idéia, a Sociedade Cearense Libertadora, foi fundada em 5/10/1879, justamente no fim da grande seca de 1877/79, em que muitos latifundiários estavam ‘quebrados’. Vender escravos seria a solução ou entrar na política do Fundo de Emancipação,

criado após a Lei do Ventre Livre, que deve ter sido outra queda na economia escravista pelo fato de crianças afro-descendentes não poderem mais ser vendidas como escravas.

A campanha abolicionista pode ser seguida pelo jornal *Libertador*, órgão da Sociedade Cearense Libertadora, que circulou de maneira irregular, de 1881 a 1892 e impresso no Ceará. O seu primeiro número surgiu a 12 de janeiro de 1881. O valor deste jornal não é meramente o de historiar o movimento abolicionista. Trata-se de uma peça histórica de fundamental importância para se analisar uma década da sociedade cearense, não só das elites, mas, através de uma leitura sublimar, verificar os diversos mecanismos populares, e dos escravos em sua luta surda pela liberdade.

Em 1881, o Presidente do Ceará se admirava da pequena ou nula diferença entre a população escrava de então e a de 6 anos antes (*Libertador*, Nº 11, de 16/6/81, p.1). Realmente se compararmos a população escrava do Ceará que, segundo dados do Fundo de Emancipação seria de 25.773 escravos, com, por exemplo, a da Paraíba, esta tendo 25.596 escravos, a diferença seria de menos de 200 escravos, quando o Ceará tem quase o triplo de tamanho (146.348 km) da Paraíba (*Libertador*, Nº 2, 15/01/1881, p.5). Todo o Ceará possuía menos escravos (24.000, em 1881) que o município de Campos (35.000) terra de Patrocínio, no Rio de Janeiro. A julgar que a informação deste jornal esteja correta, haveria 1.500.000 escravos no país (*Libertador*, Nº 1, de 1/1/1881 p.1; FUNES, 2000: 111; ORICO, 1977: 105).

O setor escravista mais forte no Ceará foi o dos comerciantes de escravos, como noticiava o jornal sobre um navio negreiro que saía do Ceará com 54 escravos, em direção ao porto da Paraíba para aí negociarem os escravos. Os paraibanos rejeitaram através da Sociedade Artística Paraibana que também obstou o embarque de 25 escravos para ser vendido alhures. (24 de março de 1881, p.3).

A luta do *Libertador* não foi só contra a elite ‘negreira’ cearense. Ultrapassava fronteiras provinciais porque estava atrelado ao movimento abolicionista nacional, conseguindo levar a Fortaleza o paladino da abolição, José do Patrocínio. Mas o combate aos ‘negreiros’ era constante, como reporta, em seu nº 3 (p. 1/3), a tentativa de embarcar para o sul 14 homens e mulheres. Os jangadeiros rejeitaram o transporte até o navio e o jornal estampa, em caixa alta: *No porto do Ceará não se embarca mais escravos!* Os ‘negreiros’ recorreram até às autoridades, requisitaram a polícia para forçar os jangadeiros a embarcar os escravos, mas a polícia nada fez. Em outra tentativa de embarcar um contingente de 38 escravos, os

aboliconistas acorreram a praia e uma multidão de três mil pessoas, junto com os jangadeiros, impediram o embarque.

Este próprio jornal nos dá o exemplo de como o projeto abolicionista foi assumido pela classe média urbana, ao anunciar o apoio do engenheiro Francisco Picanço e do médico Dr. Pedro Borges, este anunciando que não mais faria exame em escravos para serem vendidos (p.4). O modelo era os Estados Unidos, onde havia 4 milhões de emancipados e citava o exemplo de Harriete Beecher Stowe (no 2, de 15/1/1881, p.2/3). Este romance, lançado em 1852, causou influências na literatura abolicionista (ORICO: 1977, 179/180). A representação que os cearenses faziam de si era tanta que o Libertador chegou a estampar uma nota com o título: “*Os Cearenses são os Yankees do Brasil*” (N 5, de 03/03/1881, p.5). Esta identidade seria reforçada no N° 6, de 17/03/81 à página 4, sob o título “*Um yankee do Ceará*”, a respeito de uma carta de adesão de um cearense à Libertadora Cearense.

Outra frente deste jornal foi a crítica sistemática aos intelectuais e jornais ‘negreiros’, chegando a reproduzir farpas contra o famoso intelectual Silvio Romero que atacara Joaquim Nabuco. Tendo que enfrentar a imprensa escravocrata, os ‘negreiros’, neste particular, o Libertador transcrevia o combate que a Gazeta da Tarde, do Rio de Janeiro, encetou contra o Pedro II e o Cruzeiro, daquela praça, que se formara uma associação de fazendeiros para subvencionar este último. No entanto, a Libertadora, nascida como idéia ‘carbonária’, de imprimir atos ‘revolucionários’ para libertar os escravos, a entidade terminou por se acomodar com a política de alforrias. Até maio de 1881, já havia efetuado 100 alforrias (Libertador, N° 8, de 23 de maio de 1881; FUNES: 131). Outra esperança era a de que as demais províncias aumentassem o imposto de importação de escravos, como se anunciara “*que o Rio de Janeiro tinha decretado o imposto de um conto e quinhentos mil réis por averbação de cada escravo importado (negrito nosso, JCM)*” (Libertador, 15 de janeiro de 1881, p.6). Aqui mesmo já se pode indagar o que o escravista desejava: manter sua força de trabalho escravizada tendo de pagar tal montante por indivíduo, ou aceitar o Fundo de Emancipação e ir alforriando um a um? Por aí se vê como manter a escravização de um ser humano ia se tornando muito caro. Tornava-se então preferível o dinheiro do Fundo.

**Quem são os Abolicionistas?**

Ao contrário do que Maestri aponta, a Abolição foi feita por membros da classe média como advogados, engenheiros e técnicos ferroviários, funcionários públicos, artistas, pintores, fotógrafos, e setores como imprensa, educação; são comerciantes urbanos e outros empreendedores de ‘melhoramentos’. Baseavam-se na lei de 7 de novembro de 1831 que declarava livres todos os escravos vindo de fora do Império. O Libertador mostra que de 1842 a 1852, 326.318 escravos foram introduzidos no país, o que já demonstrava que *toda a escravatura do Brasil deve ser declarada livre, por descender desses africanos criminosamente importados*” (N 4, de 17 de fevereiro de 1881, p.4 e 5).

Estes engenheiros, técnicos do progresso positivista e agentes do desenvolvimento do capitalismo, ora se pautam pelo liberalismo conservador, ora pelo abolicionismo e republicanismo. São os elementos de salvaguarda da transição da burguesia agrária para a burguesia agro-industrial. Não é à toa que estão à frente do processo abolicionista como os engenheiros de ferrovias: *“Onde há jornal, trem de ferro e telegrafia, não pode haver escravos”* (Libertador, N° 5 de 3/3/1881, p.4).

Machado discute com bastante transparência o papel e o motivo de abolicionistas na Corte: apagar a “mancha da escravidão”. Para que a propaganda atingisse maior número de pessoas, participavam de conferências e comícios, para denunciar as mazelas do cativo. Os senhores, representantes do *“atraso e conservadorismo”* eram acusados de dificultar a entrada do Brasil no rol das *“nações civilizadas”*. Como enfatizava o engenheiro militar Beaurepaire-Rohan, negando a propriedade jurídica sobre o escravo. Sobre a escravidão, em 1883, perguntava quem iria substituir o escravo: *Substituí-lo-á o homem livre em cuja classe se achará o liberto. Quem foi que o substituiu nos Estados Unidos, nas colônias francesas, portuguesas e inglesas? Quem o substituiu nas repúblicas americanas depois da extinção da escravidão?* E completava: *“Aquilo que lá aconteceu, acontecerá facilmente entre nós. Em lugar de escravos, teremos trabalhadores livres, como têm todos os estados da América e da Europa.* (A TRIBUNA, Ano III, N° 100, Recife, 28 de setembro de 1883, apud DANTAS, 1988). O povo retribuiu esta veemência no 13 de Maio cobrindo de flores o General Beaurepaire Rohan, quando este atravessava a rua.

Sobre a propriedade de um ser humano sobre outro ele argumentava: *“Tem-se dito, repetido e demonstrado (...) que o elemento servil não constitui uma propriedade que possa ser equiparada a outra qualquer espécie de propriedade. Ela não tem fundamento no direito*

*natural*. E, como representante do progresso dizia: “*É o resultado de um abuso que deve ser aniquilado a todo o transe, em honra do nosso crédito como nação civilizada*. Por que, para este franco-brasileiro, “(...) *nada há de mais repugnante, do que o fato de ser um homem proprietário absoluto de outro homem, podendo dele dispor à laia de qualquer coisa, comprá-lo, vendê-lo, alugá-lo como se tratasse de um cavalo ou de uma vaca* (Idem, *ibidem*)”.

Para muitos abolicionistas tratava-se mais de adequar o país às idéias de progresso e civilização, adequar a mão de obra ao capitalismo, modernizar a Corte muito mais do que uma ação humanitária ou de fraternidade. Casos como o de André Rebouças, o de José do Patrocínio, embora se desconte suas adesões à Princesa Isabel após o 13 de Maio, ou de Luiz Gama, são cercados de certa autenticidade, porque se tratava de identidade, de negritude. Talvez tenha sido por estes que o movimento abolicionista, no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, encontrava eco numa população de negros forros, mulatos e pardos. Estes não eram os protagonistas, mas coadjuvantes da classe média no que interessava, em vieses diferentes, para a classe média e para estas camadas pobres e negras urbanas. O mundo do trabalho escravo ia ficando cada vez mais um mundo rural e a cidade queria, em busca da modernidade, se afastar cada vez mais destas amarras ruralizantes.

Para Moura, o abolicionismo foi um “*movimento que, segundo Joaquim Nabuco, foi iniciado, no seu sentido amplo, em 1879 (...) surgido na classe média liberal não satisfeita com apenas extinguir o tráfico ou reivindicar medidas que melhorassem a sorte dos cativos, mas que pretendia ver extinta a escravidão*” (2004: 15/6).

Os abolicionistas usavam até de chantagem com os escravagistas da cidade ameaçando denunciar em jornais seus nomes caso mantivessem escravos. Em Fortaleza, o *Libertador* (15 de janeiro de 1881, p.6) também usava a tática de denunciar os negreiros Na Corte, faziam também as chamadas limpezas de rua, com amplo apoio dos jornais abolicionistas da cidade, com festas e bandas de música (MACHADO, op. cit. ORICO, 1977: 86). Tudo que era evento social, como aniversários, casamentos, bodas, nascimentos ou falecimentos servia para alforriar alguém. Sessões de poesia onde se declamava o *Navio Negreiro*, de Castro Alves, a renda era revertida para libertar uma escrava. Até apoio às Irmandades de Pretos era organizado pela imprensa abolicionista para alforriar os irmãos. Tudo servia, na campanha da classe média para libertar os ‘irmãos’: cartas de alforria, doações, festas, pecúlio do próprio escravo, leilões, coletas de dinheiro, subscrições públicas, *livros de ouro* serviam também para atingir os



objetivos dos abolicionistas. Outras entidades fundaram escolas noturnas para libertos (MACHADO: op. cit.; AZEVEDO: 1999).

Na década de 1880, proliferaram entidades abolicionistas como a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, o Clube Dramático Abolicionista, as Caixas Emancipadoras; o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, reunidos em uma Confederação Abolicionista. Em São Paulo, proliferavam as lojas maçônicas e liderava a campanha o Club Radical. Em Recife, seguindo os passos de Joaquim Nabuco, José Mariano e outros atuaram através do Clube do Cupim e mais entidades, libertando por alforria ou escondendo escravos. No entanto, cidades em que a produção econômica dependia diretamente do braço escravo, como Campos, o que se viu foi desespero e luta direta, com ameaças e queimas de canaviais. Mesmo, no Rio, em alguns momentos, os escravagistas reagiram fisicamente como num comício de Patrocínio, na Rua do Lavradio, em que capoeiras (contradição?) contratados pelos senhores de escravos tentaram acabar com a festa. No Ceará, traficantes de carne humana (como denominava o Libertador) forçaram a polícia a acabar com uma manifestação na praia que estava impedindo o embarque de escravos.

A imprensa foi fundamental para os abolicionistas da classe média, como viam Nabuco e Patrocínio, chegando este a enfrentar o ‘negreiro’ e crítico literário Sílvio Romero, chegou a publicar um torpedo de acusações beirando o chulo (Libertador, Nº 6, de 17/03/1881, p. 5). Nada mal para um seguidor de Proudhon, numa frase de Patrocínio, segundo Orico: *“Tenho que deixar a Gazeta. Preciso de uma alavanca que só eu tenha o direito de mover. A escravidão é um roubo. O povo precisa capacitar-se disto e só um jornal semeará largamente a beleza desse ensinamento na hora que passa* (ORICO, Op. cit., p. 75).

### **Antes que algum negro o faça**

Utilizo-me de paródia da sentença de Dom João ao seu filho Pedro. É nesta ótica que a Campanha Abolicionista deve ser tratada e não como uma Revolução Social, no entende de Maestri. A classe média e a pequeno-burguesia assumiram a luta contra a escravidão para evitar o pior, uma revolta a lá Toussaint L’Overture, como já advogavam líderes pernambucanos, ainda nos anos 1820. O mulato Pedroso em sua rebelião, no Recife, de 1823, gritava: *“Marinheiros e caiados/ Todos devem acabar/ Porque só pardos e pretos/ O país hão de habitar”* (MELO, 2001).

Marinheiros eram os portugueses; caiados, os brancos brasileiros. O outro exemplo, radical também, foi a conclamação, em 1824, de um levante de negros contra os brancos, chefiados pelo major Mundurucu, comandante dos homens pardos, este convidou o major negro Agostinho Bezerra Cavalcante e Sousa, comandante do batalhão dos pretos para se juntar à população de “cor”, que juntos, seriam numericamente superior à dos brancos: “*Qual eu imito a Cristóvão/ Esse imortal haitiano/ Eia! Imitai ao seu povo,/ Ó meu povo soberano!*” (MELO, 2001).

Os exemplos de quilombos estouraram no país, no século XIX, como os quilombos pernambucanos das matas do Catucá (MELO, 2001; CARVALHO, 1996). Revoltas lideradas também por negros livres e escravos surgiram na Paraíba, bem como a Revolta dos Escravos, quando do movimento Quebra-Quilos, em 1874 (LIMA, 2007). O próprio Quilombo do Jabaquara é um exemplo de uma ameaça para as elites. Isto, no entanto, não leva a uma interpretação de que foram os escravos que fizeram a abolição, esta revolução social como pensam alguns marxistas. Nem abolição liderada por escravos nem revolução. Foi o primeiro movimento da classe média e da pequeno-burguesia, esta representada, principalmente, por comerciantes. Estas camadas urbanas tinham o maior receio de uma tragédia. Como interpreta Machado, os abolicionistas se dirigiam aos escravocratas mostrando a inviabilidade do escravismo, para evitar uma abolição traumática. Afinal, as fugas, revoltas, queimas de canaviais (como em Campos) assassinatos de fazendeiros e feitores intensificavam-se.<sup>4</sup>

A classe média, principalmente liderada pela Maçonaria (AZEVEDO, 1999) se colocou como escudo e espelho entre os avanços das lutas (caótica, porque sem organização, já que vinha de senzalas isoladas) dos escravos e a manutenção de um sistema bárbaro. Os abolicionistas, da linha de Nabuco, preferiam tutelar o escravo para evitar rebelião ou assassinatos individualizados ou ainda dano às propriedades. Mesmo um Patrocínio agitador punha freios algumas vezes quando seu discurso saía de linha. Se alguma vez atacou a monarquia como na conclamação: “Ou cede à vontade do povo, ou cai”, voltou-se, após o 13 de maio, à Princesa: “Vossa Alteza está salva. Pode Governar.” (ORICO, p. 123) e 149. No entanto, Patrocínio, segundo Machado, enfatizava a posição “*pacífica, mas decisiva*”, dos abolicionistas que apenas agiam de acordo com os interesses do “*povo e da civilização*” e com os ideais de patriotismo. Quando ocorreram incêndios nos canaviais de Campos, Província do Rio de Janeiro, em 1887, os seus jornais descreviam-nos como decorrência da intransigência

dos senhores. No entanto, colocava-se ao lado da “*ordem e dos interesses gerais do país*”, embora pudesse “*incitar a rebeldia*”(MACHADO:6).

Segundo Machado, a marca dos discursos abolicionistas era que a propaganda devia ser dirigida aos senhores, pois os escravos não estavam “*preparados*” para assimilar a mensagem abolicionista “*dentro da ordem*”. Pois, para Patrocínio, continua o autor: “[...] seria uma covardia inepta e criminosa e, além disso, um suicídio político, para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa [...]”. Acrescentava que a extinção do cativeiro deveria ser realizada através de uma “*lei*” aprovada no Parlamento e “[...] não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades [...]”, eliminando-se o que ele denominava os “*perigos da agitação*”. (apud MACHADO:5).

Ainda sob a análise percuciente de Machado, o próprio Patrocínio também assumiu a tutela do escravo/liberto, pois a libertação (dizia o tribuno) “*far-se-ia eliminando-se a figura do escravo, porém encaminhando-o para o “engrandecimento da pátria” a partir de “diretrizes traçadas” pelos propagandistas*. Era, no entender do historiador, um “*pacto*” de dominação entre as elites dirigentes e os intelectuais abolicionistas: o fundamental era acabar com a “*pátria escrava*” constituída por aqueles “[...] entes abandonados de toda a proteção humana e divina, (...) vergados a um trabalho excessivo, sem pátria, sem família [...]”. (GAZETA DA TARDE, 5/12/1884, (apud MACHADO:5).

Para Nabuco: “*(...) os abolicionistas (...) não pedem a emancipação no interesse tão-somente do escravo, mas do próprio senhor, e da sociedade toda*” (2003, p.43). Nabuco e Rebouças faziam a linha ‘light’ do abolicionismo, pois tinham, segundo Orico, outra postura, diferente da de Patrocínio. Segundo este autor, Rebouças teria escrito: “*Na grande obra da abolição, nós jamais nos envolvemos com os escravizados e os que não seguiram o nosso exemplo mancharam-se como ‘papa-pecúlios’, como ‘incendiários de canaviais’, como excitadores dos fuzilamentos de Cubatão etc. Dirigindo-se às vítimas suscitam-se ódios e vinganças; dirigindo-se aos algozes cria-se o arrependimento, o remorso, o desejo nobre de reparar injustiças*” (nota 34, p.123). Esta é uma das vertentes em que se deve analisar o movimento abolicionista: uma visão paternalista, reformista quanto às relações de trabalho e não uma ‘revolução’ social protagonizada por escravos, como se deduz da interpretação de Maestri .

**A festa da abolição – o 14 de maio**

Se o dia da proclamação da Lei Áurea foi um dia de festas, as festas da Abolição duraram oito dias (ORICO, p. 174) e se tornaria um constructo republicano. A assinatura da Lei Áurea trouxe dividendos políticos, como descreve Orico (op.cit., p.155) com reportagens extraídas do jornal de Patrocínio: *“O Governo e a Câmara vêm confraternizar com o povo das janelas do palácio legislativo. (...) Chega à janela Joaquim Nabuco e o povo saúda-o com esse apreço que só a fidelidade aos princípios sabe inspirar. Ele é o triunfador”*. O jornal enfatiza: *“(...) ereto, imóvel, estático, grande e solene como há de ser guardado na memória da gratidão nacional, modelado na estátua que ele mesmo fundiu com o fogo de sua palavra e o bronze de seu caráter (...)*

O cerimonial político da aprovação da lei que durou de 8 a 13 de maio, e a Corte virou uma festa, um ‘verdadeiro carnaval’. Desde missas e procissões, a regatas, corridas de cavalo, teatros abertos ao público, ruas embandeiras e floridas, e panos coloridos nos sobrados. Para Machado: *“Não interessava ressaltar, naquele momento de “euforia” para aquela intelectualidade, que os escravos lutaram, elevando os seus “brados”, apesar do chicote sobre as suas costas, “nuas”, sem “proteção efetiva (MACHADO: 7).*

Estava resolvido o problema de ameaça social que a escravidão representava, através da oposição violenta dos escravos, individualizados ou agrupados em quilombos. O próprio Patrocínio, em seu jornal, segundo Machado, se contentava com o destino pacífico de quase um milhão de escravos: *“Os libertos correspondendo aos sentimentos dos seus ex-senhores honraram as esperanças nacionais e os compromissos dos propagandistas da abolição. E mais: “Os novos cidadãos (Grifos de Machado) desistiram de salários que lhes eram oferecidos desde já, declarando que trabalhariam sem remuneração alguma até o final da colheita. E arremata o jornal: “(...) desmentindo desse modo os prognósticos dos terroristas e mostrando que estão perfeitamente aptos para a liberdade. (MACHADO, op. cit, 6/7).*

Como prova de que a Abolição se deu no campo da classe média está a discussão barroca do prazo da extinção do sistema (modo) escravagista de produção. Verdadeiros ditirambos foram construídos em torno da data, enquanto o chicote corria solto no lombo dos trabalhadores aprisionados (como deve ser lido o sistema: trabalho-prisional, tão bem aproveitado pelo modo de produção capitalista). O Conselheiro Nabuco, pai de Joaquim Nabuco, sugerira o ano emblemático ano de 1899. (NABUCO, P. 82). Entraríamos, nos 1900,

libertos. Sabe-se que pela lei fantoche de 28 de setembro de 1871 – a Lei do Ventre Livre – crianças nascidas a partir desta data seriam libertas aos 21 anos, ou seja, em 1892. Mas e os pais? Esperariam apenas pela morte até a data nabuquiana?

O prazo de Patrocínio, afro-descendente, era para 1889. Provavelmente se justificava pelo centenário da Revolução Francesa. Ele que estivera na França sentia um fascínio pela história francesa, cuja cultura predominava entre os intelectuais brasileiros. Este era o prazo também do jornal abolicionista cearense, Libertador, em que a influência francesa adviera já da data da abolição cearense, 1884. Na edição de 7/2/1881, à página 4, estampava uma nota: “*Data memorável*”, referindo-se ao aniversário da abolição da escravidão pela Convenção Nacional Francesa em 1794. Nabuco desejava que a escravidão não ultrapassasse o ano de 1890: “[...] *quis e quero não deixar a escravidão exceder a raia de 1890 [...]*” (MACHADO: 7) O controle sobre o processo e a preservação da ordem eram os mecanismos para evitar “*precipitações*” desencadeadas pelos escravos.

Portanto, ocorrendo em 1888, seria lucro para ambas as partes e até para o governo, como escreveria Patrocínio: “*A maior Revolução Social de nossa terra está sendo feita entre bênçãos e flores. Nada mais extraordinário: bastaram o atrito da imprensa e o calor da palavra para limar os grilhões de três séculos de cativo*”. O tom conciliador vencera, pois para ele era o “*(...) que há de mais admirável na nova fase de nossa vida civilizada é a uniformidade de pensamento, desde o governo até o último liberto*.” (apud MACHADO: 7).

Provavelmente é de parte deste discurso que marxistas bebem para encorpar suas teses. No entanto, revolução não se faz por decreto como também não se muda modo de produção. A expressão ‘*revolução social*’ deve ser entendida no contexto e não dentro de paradigmas contemporâneos. Nada do que Patrocínio cobrou do governo ocorreu, como a ‘*divisão da terra*’, lembra Machado. Aquele paladino defendia o estabelecimento de “*(...) colônias, para os que não têm cabanas, recolher os que caminham sem destino pelos desvios das matas, promiscuamente como os animais, dormindo em grutas, morando em tocas [...]* é mister empregar os libertos para que não apodreçam nos campos, como bestas” (apud MACHADO: 8).

O abolicionismo foi um movimento político, tanto que no 14 de maio, ninguém mais se preocupou com as dezenas de milhares de ex-escravos. Nabuco mesmo, em 1893, lamentava a André Rebouças sobre a situação dos libertos após a abolição: “[...] *os negros estão morrendo e pelo alcoolismo se degradando ainda mais do que quando eram escravos [...]*”.

(MACHADO:8). Principalmente Nabuco que havia recomendado que “(...) a necessidade de reformas em relação à propriedade da terra defendendo a aplicação de uma lei agrária que permitisse ao Estado se apropriar de áreas não-produtivas, (...) e que “(...) ‘as reformas sociais’, segundo Machado, “deveriam prevalecer sobre as políticas e a emancipação tem que ocorrer paralelamente à ‘democratização’ do solo”. E arremataria: “Acabar com a escravidão, não basta; é preciso destruir a obra da escravidão” (apud MACHADO:8).

Além disto, outras mazelas, como escreveu, em 1892, o arguto cronista Machado de Assis “A festa do Treze de Maio comemorava uma página da história, uma grande, nobre e pacífica revolução, com este pico de ser descoberta uma preta Anna ainda escrava, em uma casa de S. Paulo. Após quatro anos de liberdade é de se lhe tirar o chapéu”. E, com sua ironia, arrematava: (...) *A preta Anna dormiu na escravidão, não sabendo até ontem que estava livre*” (1946: 33). E não parece fato isolado, pois o autor lhe ajunta mais um, em 1893, desta vez em Minas: “(...)um preto de Uberaba, que , fugindo agora da casa do antigo senhor, veio a saber que estava livre desde 1888, pela lei da abolição (...). Deixando a o prólogo, acrescenta: “O que completa a cena, é que uns oito homens armados foram buscar o João à casa do engenheiro Tavares, aonde achara abrigo”. Então, o autor, parte para ironia: “Que ele fosse agarrado, arrastado e espancado pelas ruas, não acredito; são floreios telegráficos. Ainda que fosse de noite, vá; mas às 2 horas da tarde...” (1946: 208/9).

Poderíamos perguntar: que revolução foi esta que não trouxe nenhum dividendo para a ‘classe escrava’ que a fez? E poderíamos terminar com a frase de Machado de Assis: “A lei acabou com os escravos, e deixou os pobres consigo mesmos”. (Op. cit., p. 173).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de. *A Semana (1892-1893)*, 1º volume. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1946.
- AZEVEDO, Elcience. *Orfeu de Carapina: A trajetória de Luís Gama na Imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Unicamp, 1999.
- CARVALHO, Marcus Joaquim M. *O Quilombo de Malunguinho, o Rei das Matas de Pernambuco*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.) *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 407-432.
- SILVA, Leonardo Dantas. *A Imprensa e a Abolição*. Recife: MINC/MCT/CNPQ, 1988.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Negros no Ceará*. In: SOUZA, Simone de (Org.) *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.103-132.

*LIBERTADOR*. Órgão da Sociedade Cearense Libertadora. (Edição fac-similar dos 20 primeiros números). Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Derramando Susto: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Intelectuais, Imprensa e Abolicionismo no Rio de Janeiro*. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. disponível em [snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/humberto%20f%20machado.pdf](http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/humberto%20f%20machado.pdf). Acesso em 20/05/2008.

MELO, Josemir Camilo. *Ferrovias Inglesas e Mobilidade Social no Nordeste (1850-1900)*. Campina Grande, EDUFCEG, 2007 (No prelo).

*Ceará: Abolição precoce ou crise econômica?* In: MONTENEGRO, João Alfredo et alii. *Abolição da Escravatura no Ceará: Uma abordagem crítica*. Universidade Federal do Ceará/Núcleo de Documentação Cultural, 1988 (Série Histórica, nº. 1) p.32-39.

*Quilombos do Catucá: Uma Herança dos Palmares no Pernambuco Oitocentista*. In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió, EDUFAL, 2001, p. 189-218.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Eduardo (Org.) *Quem é quem na negritude brasileira*. Vol.1. São Paulo, Congresso Nacional Afro-Brasileiros. Brasília, Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998.

ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977.